ECONOMIX



INFORMATIVO EMPRESARIAL | NOVEMBRO DE 2017 | EDIÇÃO Nº 92

CAUTELA E BUSCA POR SEGURANÇA

ENQUANTO NÃO CONQUISTAMOS ESTABILIDADE DE LONGO PRAZO, INVESTIDORES SE PROTEGEM EM ECONOMIAS MAIS SÓLIDAS E COM MOEDA FORTE

A inflação já baixou da casa dos 3%, a taxa Selic voltou ao patamar de um dígito, há um saldo positivo na geração de empregos, as vendas do varejo apontam crescimento e a safra agrícola deste ano apresenta forte aumento ante a de 2016. No mercado financeiro também há uma euforia, com o índice Bovespa subindo, em 2017, cerca de 10%.

Entretanto, alguns brasileiros ainda não encontram conforto na atual conjuntura, especificamente em relação à falta de previsibilidade da crise política. Os investidores mantêm a cautela e buscam segurança. Tradicionalmente, esse caminho passa pela compra de moeda estrangeira forte.

De acordo com o Banco Central, no primeiro semestre, as transferências de pessoas físicas para o exterior somaram US\$ 936 milhões, dos quais US\$ 408 milhões, ou 44%,

foram destinados a contas correntes nos Estados Unidos. É o maior valor para o período da série disponibilizada desde 2010. Moedas europeias, como o euro e a libra, também tiveram maior procura. De janeiro a junho deste ano, as remessas para os bancos de Portugal foram de US\$ 42 milhões, crescimento de 56% contra o mesmo período de 2016.

Parece que vivemos uma falsa calmaria. E isso é mais visível na flutuação do câmbio, que, em alguns casos, varia quase 3%, para cima ou para baixo em uma única semana. Problemas estruturais graves ainda têm de ser enfrentados, como a Reforma da Previdência, o déficit das contas públicas e os desafios da política. Ou seja, enquanto a estabilidade de longo prazo não for conquistada, quem tem condições busca se proteger em economias mais sólidas com moeda forte. [&]



pág.**02** INFRAESTRUTURA

Saneamento básico ainda é restrito à população do País

pág.**03** NEGÓCIOS

272 municípios aderiram ao Poupatempo do Empreendedor

pág.**04**

Crescimento industrial acelera e reforça recuperação

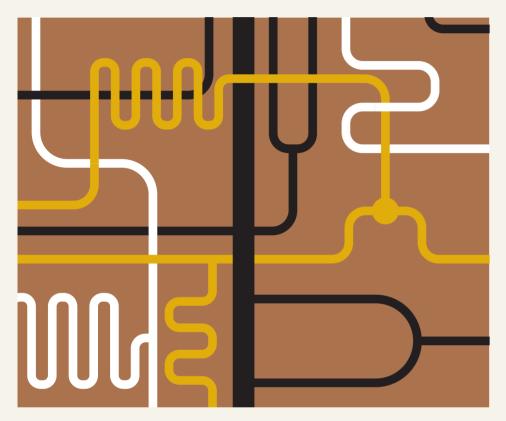






NOVOS NÚMEROS, VELHO PROBLEMA

MESMO COM MARCO LEGAL VIGENTE HÁ DEZ ANOS, O SANEAMENTO BÁSICO CONTINUA INACESSÍVEL À MAIOR PARTE DA POPULAÇÃO BRASILEIRA



Já se vai uma década desde que entrou em vigor a Lei nº 11.445/2007, que estabeleceu as diretrizes nacionais e definiu a política federal para o saneamento básico no Brasil. Com base nela, novas iniciativas e projetos tomaram curso, abrangendo administrações nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal), registrando discretos resultados e avanços.

A partir de 2014, surge o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), criando novas perspectivas para o setor e trazendo novo alento aos agentes públicos e privados, sobretudo às populações carentes desse serviço e de qualidade de vida.

Com o Plansab, estabeleceram-se novas diretrizes, além de metas e ações para a universalização do acesso aos serviços de saneamento básico até 2033. Integram o plano,

cabe lembrar, os serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, de modo a permitir o adequado conhecimento do setor, mediante a avaliação das carências e necessidades específicas das localidades e regiões, e as revisões necessárias, visando ao alcance das metas estabelecidas.

Contudo, apesar dos discursos e do ativismo que tem marcado a ação governamental no País, algo não diferente do observado em outros setores da infraestrutura, há que se reconhecer que continuam escassos na qualidade os projetos e as ações em saneamento básico, seja via concessões, seja via parcerias público-privadas. Na visão de especialistas do setor, consequência sobretudo de um desafio que persiste, há a ausência de um ambien-

te favorável aos investimentos, que depende necessariamente de segurança jurídica e estabilidade regulatória, uma barreira no caminho dos Programas de Aceleração do Crescimento (PACs) 1 e 2 e do PPI.

Enfim, uma dura realidade na qual novos números despontam diante do velho problema do saneamento básico, inacessível à maior parte da população, frustrando expectativas, apesar do empenho e dos estímulos oficiais. Para o Instituto Trata Brasil, a universalização desses serviços exige investimentos anuais de R\$ 16 bilhões até 2035.

Realçando o ritmo lento dos aportes do governo federal, dos Estados e das empresas de saneamento, a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes) aponta um quadro semelhante. Segundo a entidade, para a universalização dos serviços de água e esgoto até 2033, o País precisaria investir anualmente em torno de R\$ 15 bilhões, ou seja, um valor 66 % superior aos R\$ 9 bilhões investidos por ano, entre 2014 e 2016.

Por incapacidade ou indiferença do Estado na prestação dos serviços de sua competência, a dramática situação do saneamento básico brasileiro mais do que justifica a recorrência com que segmentos da sociedade, ONGs e consultorias tentam sensibilizar governantes e políticos, procurando mobilizá-los para ações integradas e efetivas capazes de reverter o quadro e as mazelas que afligem a população.

Por isso, não há justificativa para que um problema social de tamanha gravidade continue se arrastando por décadas, agravando-se no tempo, como se amplos contingentes da sociedade pudessem aguardar por soluções que lhes assegurassem certos direitos, menores riscos à saúde, mais dignidade e melhor qualidade de vida. Valores que apenas dependem de prioridades no orçamento, investimentos no social e muita vontade política. [8]

O POUPATEMPO DO EMPREENDEDOR



COM NOVA ETAPA, 272 MUNICÍPIOS PAULISTAS JÁ ADERIRAM AO SISTEMA CRIADO PELO GOVERNO DO ESTADO PARA FACILITAR ABERTURA DE EMPRESA PELA INTERNET

Em média, o brasileiro leva 79 dias para abrir uma empresa. Tal marca coloca o Brasil na 175ª posição no ranking mundial do relatório Doing Business, que avalia a facilidade de fazer negócios em 190 economias no mundo. Aqui, a burocracia impõe custos mais elevados do que em outros países e, somada a outros fatores, acentua a dificuldade de empreender no Brasil.

Para driblar esse cenário adverso, em 2010, o Governo do Estado de São Paulo lançou o *Portal Poupatempo do Empreendedor*. Marco no processo de desburocratização, essa ferramenta possibilita o licenciamento rápido de empresas pela internet.

Outra ferramenta que merece destaque é o Módulo Estadual de Licenciamento do Via Rápida Empresa, disponível a todos os municípios paulistas. Nova etapa implantada recentemente teve adesão de 80 novos municípios ao Poupatempo do Empreendedor. Com essa ampliação, o Estado de São Paulo conta agora com 272 municípios no sistema.

Essa nova etapa permite que as empresas consideradas de baixo risco obtenham a licença para abertura em até 48 horas: o empresário faz todo o processo pela internet, sem necessidade de procurar presencialmente cada um dos órgãos públicos envolvidos. O sistema inte-

gra as licenças de Corpo de Bombeiros (sistema Via Fácil), Vigilância Sanitária (sistema Sivisa), Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb) e Secretaria da Agricultura e Abastecimento (sistema Gedave).

O portal https://www.jucesp.sp.gov.br/VRE/dá acesso aos seguintes serviços: registro de atos mercantis, licenciamento e classificação de risco da atividade. Também permite fazer os acompanhamentos do processo integrado de viabilidade e registro e do processo de licenciamento.

Com a adesão de mais municípios, espera-se uma redução do prazo de abertura de empresas, estimulando a formalização. [a]



BONS SINAIS EMITIDOS PELA PRODUÇÃO



O CRESCIMENTO INDUSTRIAL ACELERA E INDICA DISSEMINAÇÃO MAIS PROFUNDA DA RECUPERAÇÃO ECONÔMICA

O varejo sofreu muito com a crise em 2015 e 2016. Mas, desde o começo deste ano, iniciou um período de resultados positivos.

Por sua vez, a indústria entrou em crise antes e está saindo tardiamente dela. Na visão da FecomercioSP, essa retomada [expressa na tabela ao lado] explicita o fim do ciclo de crise econômica nacional. Agora, a recuperação está disseminada em praticamente todos os setores da economia e já mostra seus efeitos benéficos sobre a geração de emprego.

No caso da indústria, o crescimento observado em agosto ante o mesmo período de 2016 foi de 4%. Todos os grupos industriais tiveram desempenho positivo. O destaque ficou com bens duráveis, puxado pela produção de automóveis. O varejo já vinha antecipando sinais nesse sentido, com crescimentos expressivos das vendas de automóveis novos. Assim que os estoques das montadoras foram se reduzindo, os efeitos se propagaram do comércio para a indústria.

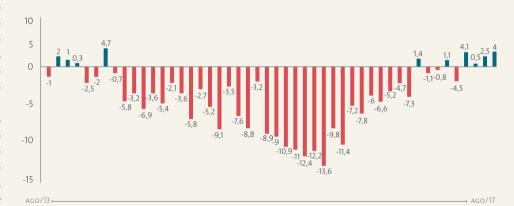
O mesmo vem ocorrendo com outros segmentos industriais que, em breve, podem (e devem) voltar a investir mais acentuadamente na modernização de suas plantas e na expansão da capacidade produtiva. Ainda há ociosidade disponível antes desse passo. Mas, em pouco tempo, se terminar o ciclo de reformas e encaminhar um cenário político mais tranquilo, o País poderá observar um incremento relevante de investimentos em vários setores econômicos, principalmente na indústria.

O quadro de fortes perdas da produção industrial registradas em 2014, 2015 e 2016 começa a se reverter, e, ainda que re-

INDÚSTRIA

	VARIAÇÃO PORCENTUAL		
	AGOSTO '17 AGOSTO '16	ACUMULADO	
		NO ANO	12 MESES
BENS DE CAPITAL	9,1	4,4	3,1
BENS INTERMEDIÁRIOS	2,0	0,7	-0,6
BENS DE CONSUMO	6,4	2,1	-0,2
DURÁVEIS	18,5	11,1	6,7
SEMIDURÁVEIS E NÃO DURÁVEIS	3,5	0,0	-1,7
INDÚSTRIA GERAL	4,0	1,5	-0,1

PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL



lativamente modesto, o processo de retomada está se cristalizando [como mostra o gráfico]. Com isso, os analistas consideram que o País definitivamente saiu da crise. De qualquer forma, nenhum processo de recuperação está garantido ou completo se o ambiente político não for favorável. Ainda restam alguns obstáculos importantes a serem transpostos. Entre eles, os principais são a Reforma da Previdência e o processo eleitoral de 2018. Ultrapassados esses obstáculos, sem dúvida o Brasil entrará em um período de prosperidade e estabilidade mais prolongado. [8]





PUBLICAÇÃO DA FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PRESIDENTE ABRAM SZAJMAN • SUPERINTENDENTE ANTONIO CARLOS BORGES • COLABORAÇÃO ASSESSORIA TÉCNICA • COORDENAÇÃO EDITORIAL E PRODUÇÃO TUTU • DIRETOR DE CONTEÚDO ANDRÉ ROCHA • EDITORA IRACY PAULINA • FALE COM A GENTE PUBLICACOES © FECOMERCIO.COM.BR RUA DOUTOR PLÍNIO BARRETO, 285 • BELA VISTA • 01313-020 • SÃO PAULO – SP • www.fecomercio.com.br